

# SESSÃO TEMÁTICA 5

A urbanização total:  
tendências para a metrópole



# PNUM 2015



PORTUGUESE  
NETWORK OF  
URBAN  
MORPHOLOGY




Ministério da  
Educação



faunb

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

 **CAPES**



## Universidade de Brasília - UnB

Reitor: Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitora: Sônia Nair Bão



## Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU

Diretor: José Manoel Morales Saánchez

Vice-Diretora: Luciana Saboia Fonseca Cruz

Chefe do Departamento de Projeto: Neander Furtado Silva

Chefe do Departamento de Tecnologia: Márcio Albuquerque Buson

Chefe do Departamento de Teoria e História: Elane Ribeiro Peixoto

Coordenador de Extensão: Caio Frederico e Silva

Coordenadora de Graduação - Diurno: Cláudia da Conceição Garcia

Coordenadora de Graduação - Noturno: Monica Fiuza Gondim

Coordenador de Pós Graduação: Daniel Richard Sant'Ana



## PNUM - Rede Lusófona de Morfologia Urbana (*Portuguese-language Network of Urban Morphology*)

### Conselho científico

**Presidente:** Teresa Marat-Mendes (ISCTE-IUL)

**Membros:** Frederico de Holanda (Universidade de Brasília), Jorge Correia (Universidade do Minho), Miguel Bandeira (Universidade do Minho), Nuno Norte Pinto (The University of Manchester), Stael Pereira da Costa (Universidade Federal de Minas Gerais), Vítor Oliveira (Universidade do Porto)



### Comissão Organizadora

**Presidente:** Gabriela Tenorio

**Membros:** Ana Paula Gurgel, Camila Sant'Anna, Cláudia Garcia, Frederico de Holanda, Giuliana Sousa, Liza Andrade, Valério Medeiros

**Estudantes:** Bárbara Veras, Camila Barbosa, Camila Correia, Caroline Machado, Douglas Henrique Duarte, Érika Tibúrcio, Guilherme Reis, Gustavo Leonel, Graziela Mendes, Hudson Fernandes, Izabela Brettas, Kamila Venâncio, Karoline Cunha, Luísa Kanno, Maíra Boratto, Marina da Silva Ribeiro, Marlon Pedro dos Santos, Milena Montefusco, Natália Rios, Olivia Nasser, Vânia Loureiro

**Servidores Técnico-administrativos:** Adriana Campos Farias, Lília Aparecida da Silva, Marcus Vinicius Oliveira, Raimunda Vieira Gonçalves, Soemes Barbosa de Sousa, Valmor Pazos

**Professores coordenadores de Sessões Temáticas:** Ana Elisabete Medeiros, Ana Paula Gurgel, Benny Schvarsberg, Caio Frederico e Silva, Camila Sant'Anna, Carolina Pescatori, Cláudia Amorim, Cláudia Garcia, Eduardo Rossetti, Elane Peixoto, Flaviana Lira, Frederico de Holanda, Gabriel Dorfman, Giselle Chalub, Giuliana Sousa, Leandro Cruz, Liza Andrade, Luciana Saboia, Maria Cecília Gabriele, Maria do Carmo Bezerra, Maria Fernanda Derntl, Maribel Aliaga, Marta Romero, Mônica Gondim, Rodrigo de Faria, Rômulo Ribeiro, Valério Medeiros

### Comissão Científica

**Presidente:** Frederico de Holanda

**Membros:** Celene Monteiro, Cristiana Gris, Décio Rigatti, Edja Trigueiro, Eneida Mendonça, Jorge Correia, José Júlio Lima, Karin Meneguetti, Liza Andrade, Luiz Amorim, Maurício Polidori, Miguel Bandeira, Mônica Gondim, Nuno Norte Pinto, Renato Saboya, Stael Costa, Teresa Marat-Mendes, Thereza Carvalho, Valério Medeiros, Vinicius Netto, Vítor Oliveira

---

Brasília, 25 e 26 de junho de 2015

## **Formas da urbanização de baixa densidade entre Braga e Barcelos: uma proposta de leitura a partir da matriz histórica e geográfica do território**

**Sandra Brito, Marta Labastida (Lab2PT), Marta Oliveira (FAUP-CEAU)**

PDA, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Via Panorâmica s/n, 4150-755 Porto, Portugal, Telefone/fax: 00 351 226057100 – 00 351 266057199

sandrabrito.arq@gmail.com, mlabastide@arquitectura.uminho.pt, moliveira@arq.up.pt

### **Resumo**

O processo de acumulação entre formas de urbanização recentes e dispersão antiga no território da urbanização de baixa densidade entre Braga e Barcelos motiva-nos uma reflexão sobre as potencialidades de uma leitura atenta à conformação do suporte no tempo longo. Começamos com a contextualização do problema e com os fundamentos que justificam o campo argumentativo. Definimos uma estratégia metodológica que parte da delimitação geográfica do objecto de estudo, para estabelecer as coordenadas de observação entre os assentamento proto-históricos e o período medieval, na perspectiva de seleccionar processos e materiais que nos informam sobre a pertinência da matriz cognitiva. Na segunda parte tratamos questões que interessam à problematização da forma urbana relacionadas com os factores sistémicos de ocupação do território e com a possibilidade de trabalhar a partir dos valores formais do suporte geográfico. Refletimos sobre um entendimento de base morfológica vinculado à hipótese de estruturar campos de relações a partir dos processos de sedimentação das formas, segundo um processo onde a continuidade se passa a estabelecer por relações de significado.

### **Palavras-chave**

Território, Forma, Permanência.

### **Abstract**

*From the process that combines recent urban forms and old fragments in the territory of low density urbanisation between Braga and Barcelos drives a reflection about the potential of a reading that is attentive to the construction of the territory over time. We start with contextualising the problem and the foundations that justify the argumentative field. We define a methodological strategy that starts with the geographical delimitation of the object of this study, in order to establish the boundaries of this analysis: the proto-historic settlements and the medieval period. From here we select processes and materials that inform the pertinence of the subject-matter. In the second part we raise questions that concern the problematisation of the urban form as they relate to systemic factors of occupation of the territory, and to the possibility of working from the formal values of the geographical support. We ponder the understanding of this morphological basis associated to the hypothesis of structuring relationship fields through the processes of shape sedimentation, following a process where continuity is established by meaning.*

### **Keywords**

*Territory, Form, Permanence.*

## **Introdução**

A condição urbana da contemporaneidade conduziu a uma reconfiguração do território que exige mais esforços das abordagens morfológicas. O suporte físico que hoje habitamos é urbanização generalizada decorrente de um processo de expansão desarticulado e ilegível, que vai progressivamente obliterando a identidade formal e geográfica dos lugares (cf. Silva, 2009).

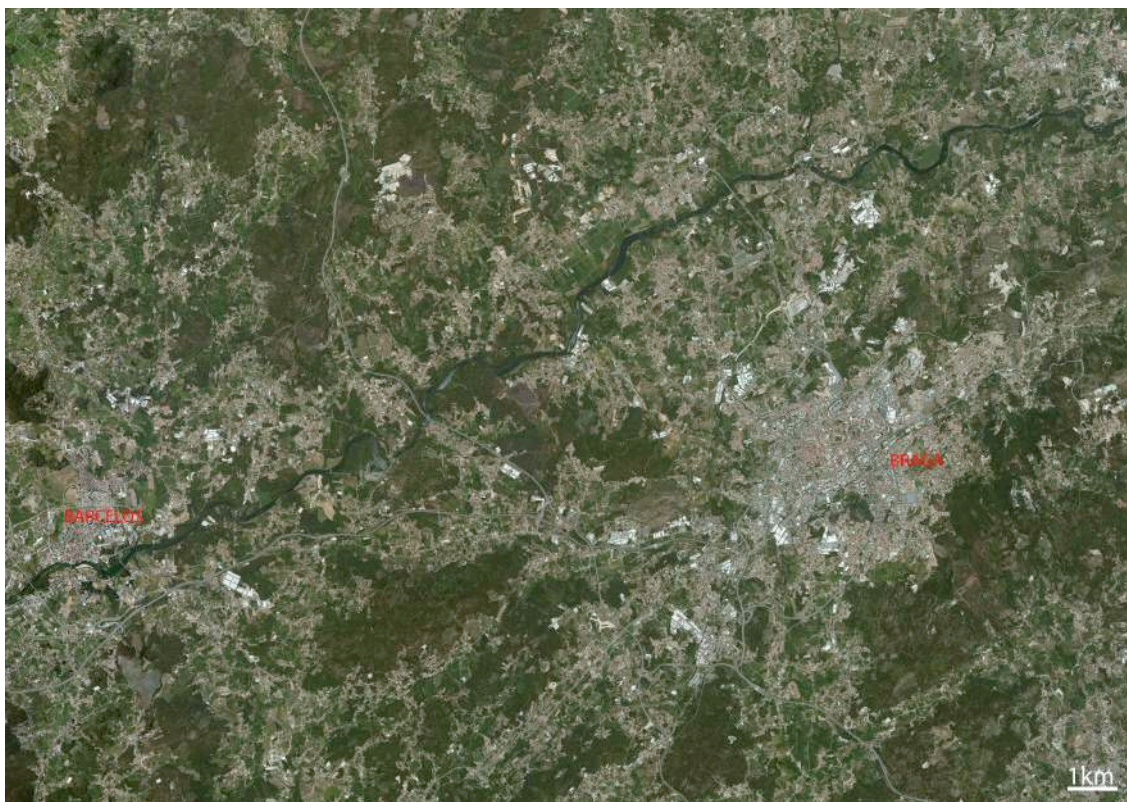
São várias as dinâmicas que têm contribuído para a crise dos valores formais do território: a valorização crescente da mobilidade e da importância dos traçados viários, com um desenho claramente em ruptura de escala com o contexto e com as formas construídas, a fácil manipulação da topografia, a desarticulação entre edificado e espaço livre, a homogeneização dos modos de intervenção e a própria legislação, que acabam por contribuir para a produção de fragmentos que vão ocupando extensivamente, de modo semelhante, os diversos lugares (cf. Von Meiss, 1993). A construção do território tornou-se fortemente dependente de questões técnicas e económicas que acabaram por substituir as respostas que tradicionalmente ligavam a construção às condições geográficas e históricas dos lugares (cf. Martí Arís, 2005).

A complexidade do espaço contemporâneo e dos valores subjacentes à essência da sua materialidade, tem resultado em leituras e interpretações demasiado abstractas e simplistas dos múltiplos sentidos da forma urbana. No campo do planeamento urbano é frequente depararmo-nos com análises à escala macro-territorial, onde os fenómenos de expansão e fragmentação aparecem muito vinculados aos processos de infra-estruturação do território. Tratam-se de leituras muito centradas nas componentes analíticas e de diagnóstico, que tendem a privilegiar as dinâmicas de crescimento mais recentes. Neste contexto percebemos dificuldades de interpretação morfológica que nos levam a reafirmar a importância de continuar a pensar conceitos, métodos e ferramentas mais úteis para superar os constrangimentos da intervenção.

O entendimento de que o espaço deve ser sempre compreendido a partir da sua forma, coloca-nos no eixo das pesquisas de base morfológica e reconhece a pertinência de um esforço de observação que atenda às especificidades do território. A arquitetura, porque trabalha com base na possibilidade de estabelecer relações coerentes entre elementos manipuláveis, justifica naturalmente no seu processo a importância de identificar e interpretar o sistema de relações entre as estruturas formais que compõem o território (cf. Von Meiss, 1993). A intervenção será sempre decorrente do (re)conhecimento dos elementos potenciais de projeto, da identificação de materiais sobre os quais podemos produzir representações capazes de assegurar uma comunicação de identidade. Pensar o contributo da arquitetura na produção do espaço atual implica portanto refletir sobre as possibilidades de continuar a operar com base nos valores formais da paisagem.



A reflexão sobre estas questões acompanhou o exercício de observação, análise e interpretação de uma realidade concreta. A dificuldade de pensar a dimensão morfológica do território encontra nos tecidos entre os núcleos urbanos dos aglomerados mais expressivos do Vale do Cávado, assinalados na **figura 1**, um laboratório de investigação paradigmático na concretização do espaço do problema que estamos a tratar.<sup>1</sup>



**Figura 1.** Território da urbanização de baixa densidade entre braga e Barcelos. Imagem satélite.  
Fonte: <http://www.bing.com/maps/>

As variações das formas de dispersão ao longo do território permitem-nos identificar os tecidos de matriz rural a partir da observação da combinação formal entre vias, parcelas e edifícios. Estes tecidos são o resultado de um padrão estruturado pela “urbanização de baixa densidade (menor 10hab/ha) em toda a malha fina das freguesias, por densificação do povoamento disperso tradicional” (Sá, Domingues, 2009:57). As dinâmicas de reforço da sedimentação difusa passam assim a ser explicadas com base nos fenómenos de sobreposição entre as formas de povoamento disperso de génese agrícola e as formas decorrentes dos processos de infra-estruturação rodoviária do território.

---

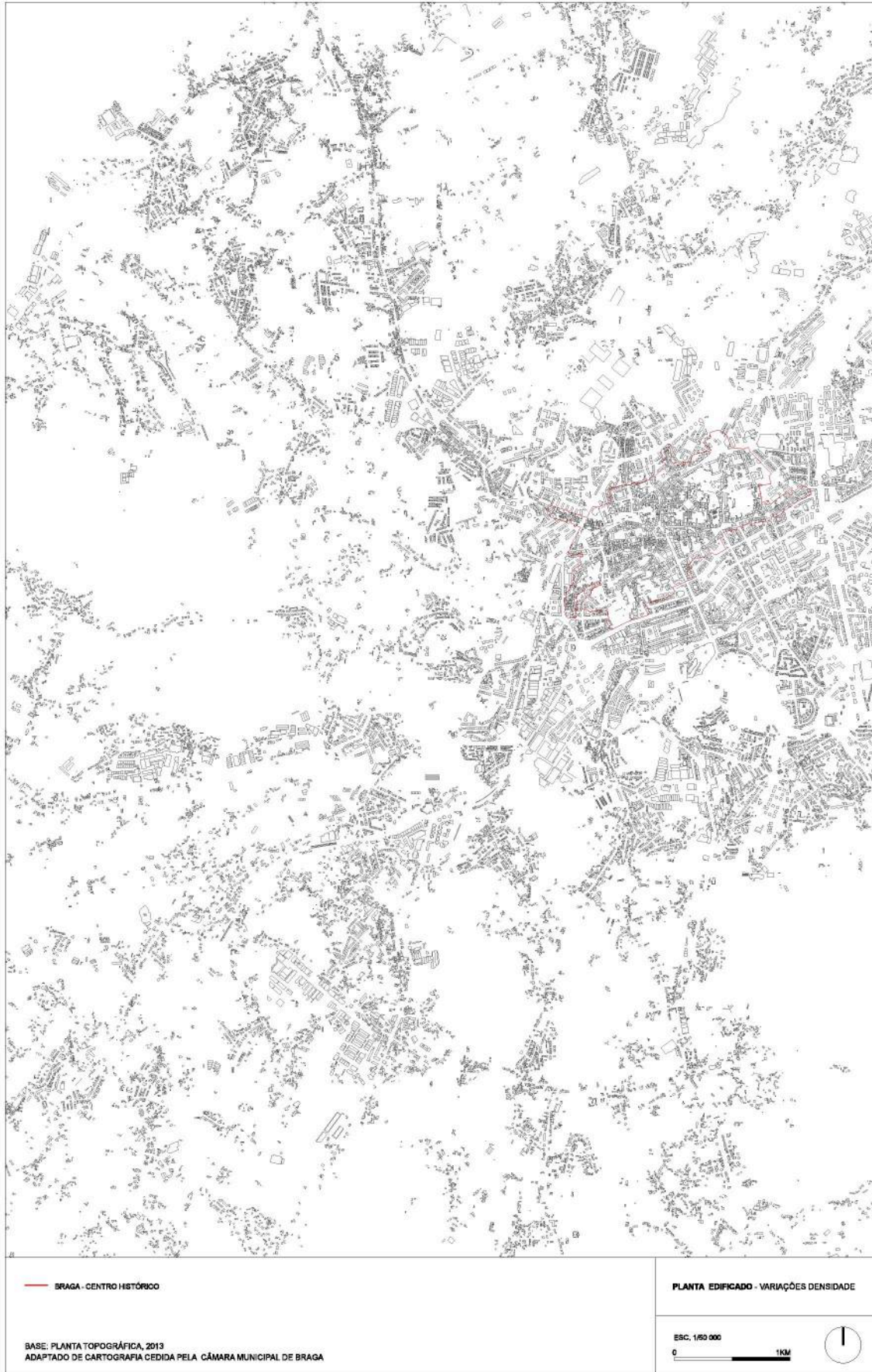
<sup>1</sup> Esta proposta decorre de uma investigação de doutoramento em curso sobre o território da urbanização de baixa densidade entre Braga e Barcelos.

Este tema da dispersão urbana tem sido tratado como “se fora algo de universalmente conhecido e tipificado” quando na realidade “as «razões» da urbanização dispersa são variadas e complexas” (Domingues, 2006).

É necessário portanto aferir diferenças atendendo às especificidades decorrentes do processo de sedimentação de um suporte que acumula formas de urbanização recentes e dispersão antiga. Neste sentido, a matéria sobre a qual trabalhamos resulta de um entendimento de que os vários extractos que compõem o território se conformam como uma modificação/alteração de um estado anterior e não com a sua completa anulação. A observação diacrónica dos fenómenos relaciona-se aqui com uma proposta de leitura orientada sobre as especificidades do ambiente físico à escala territorial, que vai interpretando as marcas relacionadas com os factores sistémicos de ocupação do território e com os dispositivos que a cada momento permitiram preservar significados no espaço contemporâneo.

Do contributo das leituras que nos chegam no âmbito das estratégias de planeamento e gestão territorial (Sá, 2002; Portas *et al*, 2003; Marques, 2004; Domingues, 2006; Cancela d’Abreu *et al*, 2004), desenvolvemos uma análise sobre a escala local e sobre as dinâmicas de conformação do território no tempo longo. Operamos um esforço de compreensão que perspectiva de avançar sobre a escala macro-territorial e sobre as tradicionais leituras sustentadas no modelo aglomeração urbana/padrão difuso.

No seguimento desta pesquisa passamos agora a argumentar sobre a pertinência do objecto de estudo no enquadramento dos temas abordados. A matéria que procuramos desenvolver nesta reflexão decorre de uma leitura focada sobre os dados que fundamentam a hipótese da possibilidade de pensar campos de relações entre as formas do território a partir do estudo das permanências. A matéria abordada procura esclarecer sobre as marcas de uma dispersão antiga, articulada e que se concretiza numa geografia própria (cf. Ribeiro, 1991:289-355).



**Figura 2.** Variações de densidade.  
Fonte: Adaptado de cartografia cedida pela Câmara Municipal de Braga.



### **Da matriz histórica e geográfica do território**

O território que definimos como objecto de estudo integra uma unidade de paisagem, geográfica e geomorfologicamente reconhecida (Cancela d'Abreu *et al*, 2004). Para a nossa investigação delimitamos uma área, com a preocupação de definir uma escala adequada aos objectivos e às problemáticas que estamos a tratar, limitada a norte pela várzea do rio Neiva e a sul pelos relevos que separam o interflúvio entre os rios Cávado e Ave. Trata-se de uma estrutura geomorfológica onde a rede hidrográfica principal, definida pelo curso médio do rio Cávado e pelo baixo curso do rio Homem, segue uma importante linha de fractura na direcção NE/SO, num vale aberto que estrutura a paisagem. Aos dois rios principais liga-se uma rede de ribeiros com orientação fundamentalmente transversal, que segue uma compartimentação sensivelmente paralela ao relevo, de sentido N/S e NO/SE, que determina a natureza dos solos e as orientações dominantes do parcelamento rural. Esta rede de ribeiros torna-se particularmente relevante na área correspondente ao concelho de Barcelos, onde parte significativa do território se classifica como zona de várzea. No interflúvio dos rios Cávado e Este (principal afluente do rio Ave) o núcleo primitivo da cidade de Braga ocupa uma zona de plataforma com altitudes médias entre os 200m, onde os relevos mais significativos seguem a cotas até aos 500m e as planícies menos elevadas estão localizadas entre os 25 e os 50 metros. Esta paisagem é marcada por um conjunto de vertentes e montes. Entre o rio Cávado e o rio Neiva surgem um conjunto de relevos de altitudes variáveis, que não excedem os 415 metros da serra de Airó (Barcelos), onde se destacam a serra da Franqueira (298m), o Alto da Vaia (285m), o Monte de Maio (214m), o Monte do Castro de Sequeade (285m). Na linha divisória com o rio Neiva, destacam-se o Monte de S. Gonçalo (492m), o Penedo do Ladrão (415m) e o monte de Peniques (437m). A sul do Cávado, nos relevos mais significativos destacam-se o Monte dos Penedos Brancos (429 m), Monte do Sameiro (572m), Monte Frio (548 m), Monte de Santa Marta (562 m), Costa do Gaio (437 m), Penedo Branco (463 m).

A paisagem do Entre-Douro-e-Minho vai sendo descrita pelos diversos autores como um ecossistema que articula cotas baixas, planas, bem irrigadas, favoráveis à prática agrícola e cotas altas, nas zonas de relevo, historicamente de vocação pastoril.

Este sistema geomorfológico desde cedo contribuiu para múltiplas oportunidades de ocupação (Martins, 1990). A ocupação proto-histórica, traduzida na cartografia de síntese pela distribuição dos povoados fortificados de matriz indígena, revela uma apropriação ampla do território onde os assentamentos se vão organizando segundo determinadas posições topográficas. Numa paisagem que se estrutura em função da hidrografia e do relevo, as características geográficas passam a assumir-se como as principais entidades modeladoras das especificidades de ocupação, revelando uma condição natural do território que é favorável à dispersão (Martins, 1990; Carvalho, 2008). O amplo desenvolvimento do povoamento indígena permitiu estruturar uma paisagem ainda na Idade de Ferro e conformar uma rede suficientemente coesa para interferir com a organização do território em período de domínio romano. *Bracara Augusta*, planificação *ex-novo* da época de Augusto, vai ocupar uma posição estratégica em



relação aos assentamentos e aos principais eixos de comunicação pré-romanos. A instalação deste núcleo urbano apoiado numa ampla rede de viação que incluía, para além dos eixos principais, uma densa malha de caminhos secundários, vicinais e privados, adiciona às características geográficas novas determinações na estruturação da paisagem romanizada.<sup>2</sup>

Da observação da cartografia verificamos a emergência de uma densa malha de unidades de exploração agrícola sob forma de *villa*. Estas estruturas de vocação romana passam a ocupar uma área de cerca de 5km em torno da cidade, em zonas de veiga de declive suave ou em pequenos outeiros com altitudes entre os 50 e os 100 metros (Carvalho, 2012:153).

Na investigação de Helena Carvalho sobre o povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarenensis* encontramos uma análise do parcelamento rural no território envolvente de *Bracara Augusta*.<sup>3</sup> No enquadramento desta investigação a autora identificou a existência de uma centurição, segundo uma hipótese de contemporaneidade entre a fundação da cidade e o parcelamento do espaço rural. As determinações decorrentes da implementação de um modelo de exploração agrário em época romana teriam resultado na delimitação de um cadastro, organizado em centúrias de 20x20 *actus*,<sup>4</sup> segundo uma malha ortogonal orientada a 16° NNO. Esta malha partia dos eixos base que estruturavam o espaço urbano, o *kardo* (N/S) e o *decumanus* (E/O), para traçar limites ortogonais equidistantes entre si. “Os traços recuperados possuem uma orientação NO/SE, perfeitamente adaptada às formas estruturantes do relevo e à rede hidrográfica principal e encontram-se na área entre 5 a 7km em torno da cidade” (Carvalho, 2012:158).

A centurição, sistema que permitia articular as relações entre espaço rural e espaço urbano, marcou uma alteração fundamental na estruturação da paisagem e na matriz do povoamento disperso. A *villa* concretizou o modelo de exploração agrícola de ideologia romana bem adaptado a uma agricultura intensiva que se apoiava na elevada rentabilidade do solo. O facto de implicar uma apropriação privada do espaço e a delimitação de propriedade, representa uma verdadeira “revolução” na organização do espaço rural (Carvalho, 2008:393).

---

<sup>2</sup> A rede de viação romana“(…) foi sendo construída, muito provavelmente, num esforço de consolidação das vias naturais de circulação de origem proto-histórica. De facto, elas cruzam a região tanto ao longo das estruturas básicas do relevo e da rede hidrográfica principal, de orientação E / O, como ao longo dos percursos de transição entre os vales, de clara orientação N / S. As alterações de percursos mais antigos resultarão das novas necessidades decorrentes da implantação, quer de novos eixos comerciais, quer do estabelecimento de novos pólos de povoamento de fundação romana.” (Carvalho, 2008:382).

Os principais eixos viários que cruzavam a região do Entre-Douro-e-Minho referem seis vias: a Via XVI (*Bracara-Cale-Olisipo*), Via XVII (ligava *Bracara* a *Asturica Augusta*, passando por *Aquae Flavie*), a Via XVIII (ligava a *Astorga*), a Via XIX (ligava a *Asturica* por *Lucus Augusti*), a Via XX ( ou via *per loca marítima*, com um traçado ainda muito discutido desenharia um percurso junto à costa marítima), referidas pelo Itinerário de Antonino, e ainda a via de ligação *Bracara- Emerita Augusta* (não citada no Itinerário), que permitia a ligação à capital da Lusitânia por Tongobriga. (Carvalho, 2008).

<sup>3</sup> Refere-se a investigação desenvolvida no âmbito da sua tese de doutoramento.

<sup>4</sup> Uma centúria corresponde a 20 *actus*. Considerando que um *actus* corresponde a 120 pés e que um pé romano corresponde a 29,6cm, temos que à medida 1 *actus* correspondem a 35,52 metros; 20 *actus*/1 centúria correspondem a 710,4 metros. (Carvalho, 2008:321).

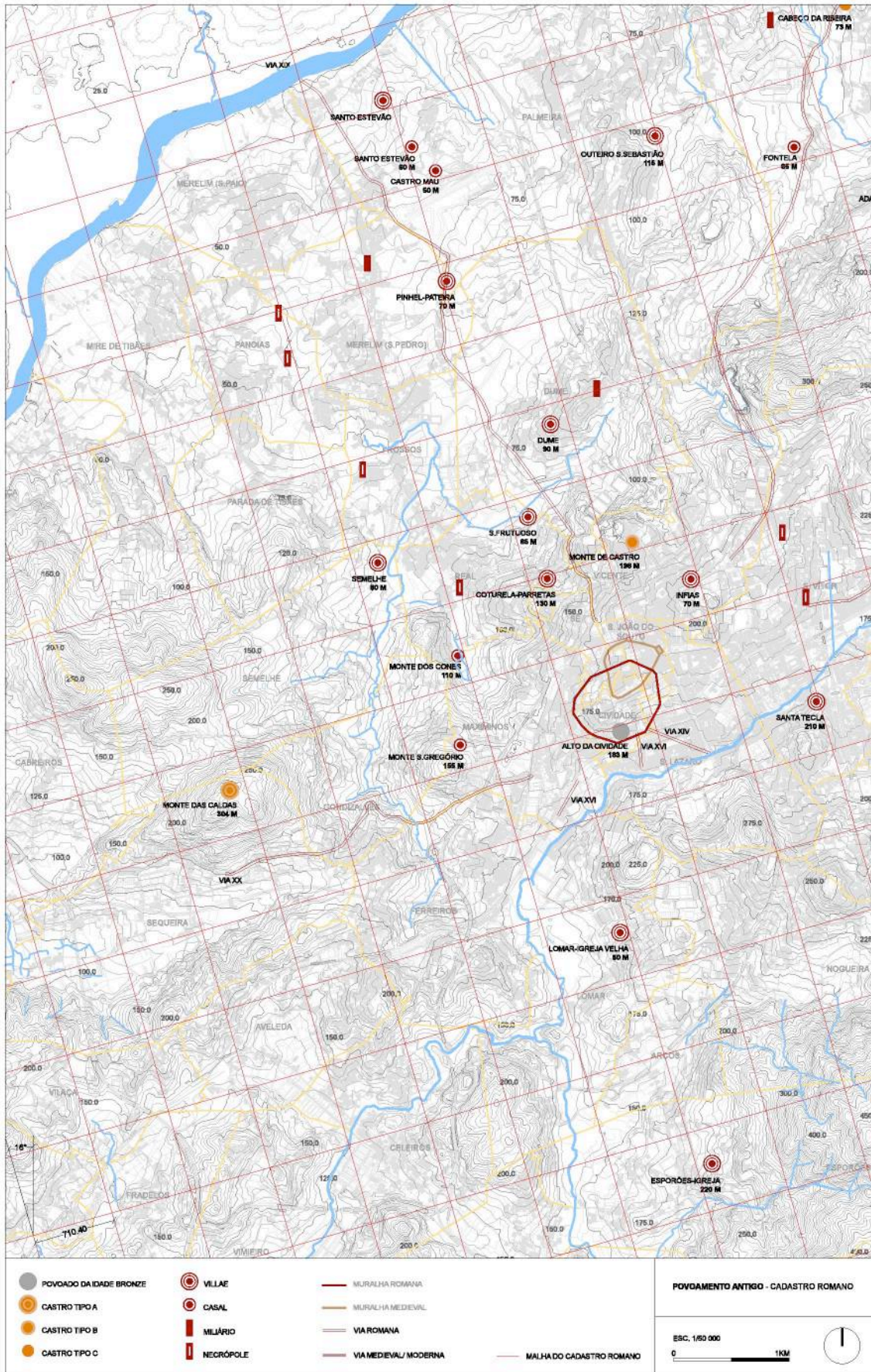


Figura 3. Povoamento antigo nas imediações de *Bracara Augusta* (Martins, 1990; Carvalho, 2008; Carvalho, 2012).  
Fonte: Cartografia base de 2013, cedida pela Câmara Municipal de Braga.

A procura dos indícios de uma centurição decorreram de um trabalho de prospecção relacionado com a recuperação de traços que preservam os limites do cadastro romano. Helena Carvalho identificou caminhos pedonais associados a muros e cercas que limitam propriedades ou que servem de circulação entre campos associados à malha de centúrias. Ainda, recuperou uma série de alinhamentos de orientação NO/SE numa área entre 5 e 7km em torno da cidade, nas zonas de vale, em cotas essencialmente situadas entre os 10 e os 60 metros, nunca acima do 200 metros (cota de implantação de *Bracara Augusta*). A centurição, enquanto estrutura predisposta à organização do território, conformou-se como um dispositivo altamente resistente que foi conservando marcas na paisagem. Esta pesquisa permitiu à autora fundamentar a importância do estudo do povoamento antigo na construção da paisagem atual.<sup>5</sup>

A este propósito também Luís Carlos Amaral, quando marca o século XI como o momento onde “o processo de individualização crescente do espaço” (Amaral, 2007:163) leva ao sucessivo parcelamento da terra e à construção da atual paisagem de minifúndio, acaba por nos selecionar um período chave da história que importa compreender. O autor refere a conformação de um minifúndio que é estrutural na história do Entre-Douro-e-Minho.

Atualmente, sobre a malha apertada das sedes de freguesias, lugares e casais de matriz rural, é possível ainda encontrar marcas associadas à estrutura das freguesias e das antigas paróquias (cf. Sá, Domingues, 2009:54). A estruturação das paróquias e freguesias rurais tem longos antecedentes e decorre de fenómenos excessivamente complexos que não cabe aqui tratar. Não obstante, esta formação assume particularidades que tornam evidentes a importância do seu estudo na compreensão do tecido rural.

A emergência da freguesia e da paróquia decorre de uma série de determinações que vinculam a estruturação deste território à organização eclesiástica. Neste enquadramento, Braga assumiu desde cedo um papel central que pode explicar a pertinência do seu estudo no âmbito dos temas abordados.

A implantação de *Bracara Augusta* como capital provincial romana, marcou uma forte condição de centralidade que foi posteriormente reforçada com a sua elevação a capital da nova província da *Galaecia*. Nos séculos V e VI Braga tornou-se capital do reino Suevo, afirmando-se a *Sedis Bracarensis* como metrópole eclesiástica do Noroeste Peninsular. A ação da igreja protagonizada pelos bispos S. Martinho de Dume e S. Frutuoso foi determinante na organização territorial e administrativa associada à implantação de uma ampla rede de paróquias e igrejas privadas (Fontes *et al*, 2010). O *Parochiale Suévico*, documento do século VI que lista as paróquias suélicas, documentava já neste período um

---

<sup>5</sup> Não obstante a simplificação operada relativamente à continuidade entre povoamento castrejo, romano e medieval, Alberto Sampaio foi esboçando algumas ideias sobre a estrutura das *villae*, que anunciavam já a sua importância na construção da paisagem rural.

Cf. SAMPAIO, A. As Villas do Norte de Portugal. In **Estudos Históricos e económicos**, Porto, 1923 (1ªed., Portugalia, 2, 1899-1903).

número significativo de paróquias. Pierre David referiu o amplo desenvolvimento da região do Entre-Douro-e-Minho a partir da análise deste documento (Oliveira, 1950:46). Esta centralidade religiosa e cultural voltou a ser reforçada mais tarde, no período alto-medieval, com a afirmação a diocese Primaz das *Hespanhas*, consolidando-se uma relação com a estrutura eclesiástica que se prolongou até ao século XVIII quando a cidade perdeu o estatuto de senhorio arquiépiscopal.

Até ao fim do domínio romano o território governado pelo bispo constituiu uma paróquia única que conformava a diocese. Foi no século V, na sequência das invasões germânicas, que as comunidades rurais se começaram a transformar em paróquias propriamente ditas designadas pela palavra *parochia*. Durante o período visigótico, as dioceses passaram a adquirir o direito a uma certa independência administrativa na sequência do surgimento das igrejas de fundação particular. A instituição desenvolveu-se entre os séculos VI e VII, mas as paróquias eram ainda muito raras e com sede em templos fundados por iniciativa episcopal (o que Miguel Oliveira chama de *paróquias primitivas*). É a partir da Reconquista que se forma uma rede muito mais densa, com o estabelecimento de centros paroquiais fundados por iniciativa particular, que passam a explicar as origens do grande número das atuais paróquias. Consolidam-se dois regimes paroquiais: as paróquias primitivas e as freguesias (relacionadas com as paróquias rurais).

Até ao século X a organização do território vai sendo marcada por um crescimento significativo de igrejas. Na época da Reconquista praticamente todos os povoados possuíam a sua igreja com carácter paroquial (Amaral, 2007). Neste contexto, a necessidade de afirmação dos territórios de direito eclesiástico acaba por conduzir à delimitação rigorosa dos limites paroquiais.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida a paróquia medieval é um fenómeno que se estrutura fundamentalmente no séc. XII-XIII. “Ela é o resultado de uma organização-funcionante, vicinal e dos senhorios, centrada numa igreja, (...) adaptada ao habitat disperso, ao clima e ao modelo granítico que dominam a região, com os seus alvéolos, com os seus multiplicados montes e montículos que tanto enrugam a terra. De uma maneira geral, (...) delimitam-se pelos cumes das elevações que a cercam, por velhos caminhos ou grandes rios.” (Almeida, 1986:115) O autor aponta-nos um sistema de demarcação apoiado nas particularidades geográficas do suporte e na rede de caminhos vicinais. A paróquia minhota, espaço produzido a partir da centralidade da igreja, integrava uma rede de “minúsculos núcleos de povoamento” que conformavam os chamados lugares, “caracterizados pela sua dispersão, pequenez e indefinição de limites (...) porém, espaços simbolicamente diferenciados”. (Almeida:1981:4). Também Luís Carlos Amaral refere como “os núcleos habitacionais constituem perfeitos alvéolos incrustados nos inúmeros e pequenos vales minhotos, recortados por colinas facilmente transponíveis.” (Amaral, 2007). Estas considerações orientam-nos sobre a observação atenta da topografia e levam-nos a refletir sobre as particularidades que se estabelecem nas relações entre povoamento e paisagem.



Na interseção entre as especificidades de uma geografia complexa e uma densa construção histórica encontramos um contexto onde a proposta de uma análise morfológica nos parece particularmente relevante. As circunstâncias excepcionais que acompanharam o processo de vertebração do povoamento encorajam-nos a refletir sobre as possibilidades de pensar as relações de interdependência entre os componentes formais a partir destas matérias. É nosso entendimento que apenas o estudo orientado sobre os significados de conformação morfológica nos pode aproximar da realidade/complexidade do espaço atual.

### **Do território à forma urbana**

A perspectiva de desenvolver uma leitura morfológica coloca-nos no eixo das pesquisas que procuram descrever o território, nas suas diversas escalas e contextos. Frequentemente estas leituras estão associadas a uma ideia de decomposição de elementos identificáveis cujas relações podem ser determinadas. Os materiais são decompostos em unidades morfológicas homogêneas, posteriormente sistematizadas em categorias ou conceitos que procuram traduzir modos de agregação. A diversidade morfológica passa ser compreendida a partir das dinâmicas urbanas segundo uma aproximação que distingue processos e produtos (Font, 2004). A continuidade é estabelecida por valores de conexão, onde o contexto pode explicar o modo como as unidades morfológicas se relacionam entre si mediante fluxos e dinâmicas resultantes da sua posição relativa (Calix, 2013).

A proposta de pensar uma leitura que nos aproxime da geografia dos lugares e dos seus significados, afirma-nos a importância de trabalhar a partir das especificidades morfológicas, geográficas, históricas e culturais. Esta percepção reconhece pertinência e atualidade no pensamento do Vittorio Gregotti, designadamente na sua noção de “paisagem antropogeográfica” (Gregotti, 1965). Este conceito permitiu ao autor fundamentar a relevância de compreender não apenas o sítio e a cidade, mas o território em toda a sua dimensão natural e construída. Da sua narrativa sobre a paisagem e sobre a arquitetura como meio de transformação do ambiente físico na totalidade, identificamos duas ideias fundamentais que nos interessam particularmente: o problema da definição de um sistema geográfico de leitura e a possibilidade de operar uma descrição formal. Estas problemáticas circunscrevem questões de forma que estão relacionadas com a escala do território.

O problema da descrição formal de um determinado suporte geográfico começa, antes de mais, pela dificuldade em determinar escalas de observação que se possam relacionar com a definição de unidades operativas de leitura. A este propósito o autor desenvolveu algumas considerações sobre a ideia de “campo” (Gregotti, 1965). O princípio da definição de “grupos coerentes” ou “campos” relaciona-se com uma operação de estruturação formal, onde os campos se passam a constituir como conjuntos definidos segundo critérios de homogeneidade, registados de acordo com a análise do seu processo de formação, características formais, materiais, textura, cor. A aproximação formal pode depois operar-se mediante vários tipos de atitudes, explorando a materialidade do solo, reconhecendo as pré-existências ambientais

ou as formas geométricas (inversão da figura total). Na nossa proposta estes procedimentos articulam-se com a hipótese de identificar sistemas ou campos de relações entre os materiais a partir do estudo das permanências.

A ideia do lugar como resultado de uma condensação, propõe uma abordagem, atenta aos traços da história (Corboz, 2001). O entendimento do território como “palimpsesto”<sup>6</sup> coloca a hipótese de trabalhar a partir dos extractos sobrepostos e do processo de sedimentação das formas. Esta leitura, porque amplia o campo de relações entre os materiais, aproxima-se da complexidade do território e ultrapassa a ideia simplista da possibilidade de compreender os tecidos como unidades depositadas sobre um suporte. Se a metáfora de André Corboz nos remete para a questão da espessura do território, as noções de “permanência” e “persistência”, conforme Alain Léveillé definiu, justificam em nosso entender a pertinência de uma leitura orientada.<sup>7</sup> O discurso de Léveillé direciona-nos as atenções sobre os materiais que, dentro de um processo de acumulação, necessariamente seletivo, se conformam como os dispositivos mais resistentes. Esta resistência esclarece sobre a importância e sobre a competência dos sistemas que foram informando a construção do território. O processo que determina a sua permanência na paisagem vai fornecendo os dados que indiciam sobre a sua disponibilidade para integrar novas relações compositivas. Este procedimento acaba por se revelar particularmente operativo porque trabalha com base num sistema de referências que estabelece as coordenadas de observação que permitem compreender o suporte segundo determinados objectivos e intenções; vamos filtrando os dados que nos permitem aproximar dos valores intrínsecos das formas.

Estas leituras levaram-nos a colocar a hipótese de propor uma abordagem onde a continuidade se pode estabelecer por relações de significado. O estudo das permanências, porque permite aferir significados decorrentes das circunstâncias de conformação dos materiais, pode informar sobre a identificação de sistemas morfológicos vinculados à observação do tempo longo. Na nossa proposta este procedimento não está relacionado com a identificação de vestígios arqueológicos mas com a determinação de sistemas, eminentemente geográficos, onde essas articulações se estabelecem.

Na reflexão sobre a centurição romana e sobre a delimitação geográfica das antigas paróquias rurais procuramos apresentar as determinações históricas que esclarecem sobre as relações topográficas que os assentamentos foram estabelecendo com o território. Neste processo tentamos compreender a

---

<sup>6</sup> O entendimento de André Corboz do território enquanto “processo”, “produto” e “projecto” conduziu à formulação das metáforas de palimpsesto (1983) e mais tarde de hipertexto (1993), que como refere Sébastien Marot, no seu conjunto sugerem a noção da espessura do território ao mesmo tempo que se prestam à intervenção. (Corboz, 2001).

<sup>7</sup> O autor define a permanência como o “princípio que expõe o carácter invariável de um elemento, como a história de um lugar. Por exemplo: um edifício, uma parcela, um percurso, uma ruptura de declive.” Já a persistência está mais relacionada com um “ideia de alteração/conservação, como os elementos do tecido que são substituídos por outros, mas que mantém a mesma posição no terreno. São testemunhos de um facto, ainda que já desaparecido. Por exemplo: uma linha de parcelamento (...) um edifício construído sobre as fundações de um outro.” O autor associa estas noções à “intervenção inteligente”. (LÉVEILLÉ, 1988:6-7).

diversidade morfológica a partir do vínculo com a cartografia dos sítios. Destas relações podemos aferir alinhamentos, limites, cotas estruturantes que tornam o suporte mais inteligível.

A complexidade dos sistemas de relações entre as estruturas que conformam o território, em nosso entender, torna evidente a necessidade de aproximar as leituras aos valores morfológicos que reportam às particularidades dos tecidos, decorrentes das circunstâncias de conformação formal. Na gênese da sólida conformação histórica do território em análise encontramos os fundamentos para uma leitura atenta ao estudo dos valores formais do suporte geográfico vinculados aos sistemas de permanências e continuidades relacionados com a estrutura dos lugares. Trata-se de um exemplo particular de análise onde o processo de sedimentação das formas vai imprimindo particularidades e significados que podem contribuir para uma maior definição formal do território.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, C.A.F. A Paróquia e seu território. **Cadernos do Noroeste**. Braga, pp.113-130, 1986.

ALMEIDA, C.A.F. Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização. **Nova Renascença**, nº2, Vol. 1, 1981.

AMARAL, L. C. **Formação e Desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)**. Porto. 2007. 874p. Tese (Doutoramento em História da Idade Média) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2007.

CALIX, T. **As morfologias da cidade contemporânea: Estruturas e Texturas. Uma matriz interpretativa da forma urbana. O sistema urbano do Porto**. 2013. 602p. Tese (Doutoramento em Arquitectura) - Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Porto, 2013. Edição policopiada do autor.

CANCELA D'ABREU, A. CORREIA, T. OLIVEIRA, R. (coord.) **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental**. Vol. I, Coleção Estudos 10, Lisboa: DGOTDU, 2004.

CARVALHO, H.P. **O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis**. 2008. 3vols. Tese (Doutoramento em Arqueologia, Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2008.

Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755>>. Acesso em: 20 out. 2014.

CARVALHO, H.P. Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis). **Archivo Español de Arqueología**, Madrid, v.85, p.149-166, 2012.

Disponível em: <<http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/202/203>>. Acesso em: 12 maio 2015.

- CORBOZ, A. Le territoire comme palimpseste et autres essais. In : CORBOZ, A. **Le territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris : Les Éditions de L'Imprimeur, 2001. p. 209-229.
- DOMINGUES, Á. (coord.) **Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal**, Lisboa: Argumentum Edições, 2006.
- FONT, A. (ed.) **L'Explosió de la Ciutat. Morfologies, mirades i mocions sobre las transformacions territorials recents en les regions urbanes de L'Europa Meridional**, Barcelona: COAC, 2004.
- FONTES, L. et al. A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. **Actas do Congresso Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo**. ss. VIVIII, Toledo, p.255-262. 2010.
- GREGOTTI, V. **Território da Arquitectura**. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.  
(título original: El territorio de la arquitectura, 1965).
- GREGOTTI, V. Progetto di paesaggio. **Casabella**, nº 575/576, p.2-4,1991.
- LÉVEILLÉ, A. La connaissance du territoire pour l'intervention: la lecture des permanences urbaines: le paysage n'est pas une nature morte. **Habitation : revue trimestrielle de la section romande de l'Association Suisse pour l'Habitat**, Zurich, v.61, p.5-9, 1988.  
Disponível em: < file:///Users/smb/Downloads/hab-001\_1988\_61\_10\_a\_002\_d.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- MARQUES, T. **Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais**. Santa Maria da Feira: edições Afrontamento, 2004.
- MARTÍ ARÍS, C. **La cimbra y el arco**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2005.
- MARTINS, M. **O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso do Médio do Rio Cávado**. Cadernos de Arqueologia, Monografias 5. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho,1990.
- OLIVEIRA, M. **As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação**. Lisboa: União Gráfica, 1950.
- RIBEIRO, O., **Opúsculos Geográficos**, IV Volume, O Mundo Rural. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- SÁ, M.; DOMINGUES, Á. **Cidade Difusa do Noroeste Peninsular**. Volume II, Portugal. Porto: CEFA / FAUP, 2002.
- SÁ, M.F.; DOMINGUES, Á.(coord.) **Área Metropolitana do Porto. Estrutura territorial: o Presente e o Futuro. Porto: Junta Metropolitana do Porto**. Porto: CEAU-FAUP, Março 2000.
- SÁ, M.F.; DOMINGUES, Á.(coord.) **Relatório Síntese – Modelo Territorial: Arco Metropolitano**. Porto: CEAU-FAUP / LET, Março 2009. Documento provisório apresentado à CCDR-N no âmbito do PROT-N.



Disponível em: < [http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/relatorio\\_sintese\\_Arco\\_Metropolitano\\_2009\\_03.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/relatorio_sintese_Arco_Metropolitano_2009_03.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SÁ, M.F. **O médio Ave: novas políticas municipais**. 1986. 247p. Dissertação (Concurso para a obtenção de professor agregado) - Escola Superior de Bellas Artes do Porto, Porto, 1986.

SILVA, M.M.F.P. da, **Forma e circunstância. A praça na cidade portuguesa contemporânea**. 2009. 407p. Tese (Doutoramento em Arquitectura) - Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Porto, 2009. Edição policopiada do autor.

VON MEISS, P. **De la forme au lieu : une introduction à l'étude de l'architecture**. 2<sup>a</sup>ed. Lausanne : Presses polytechniques et universitaires romandes, 1993.